

## NOTA DE IMPRENSA

# Propostas CPNT para os Impostos Municipais em 2008

Na Reunião de Câmara de 03 de Setembro de 2007, os vereadores da Coligação “Pela Nossa Terra” apresentaram as seguintes propostas de resolução:

### 1. Proposta de deliberação referente à Derrama para 2008

Na sequência da aprovação da Lei nº2/2007-Lei das Finanças Locais a Câmara Municipal de Alenquer debateu a nova taxa a aplicar sobre os lucros das Empresas sedeadas ou com delegações no município de Alenquer, taxa mais conhecida por **Derrama**.

A referida lei 2/2007 – **Lei das Finanças locais**, determina que *“os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas(IRC)...”*.

Refere também a Lei 2/2007 que *“ A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150.000.”*.

No respeito pelo compromisso eleitoral apresentado aos alenquerenses, como políticas de apoio ao desenvolvimento económico, e atendendo à realidade da grande maioria das empresas sedeadas em Alenquer (micro, pequenas e médias) os vereadores da Coligação “Pela Nossa Terra” apresentaram

- **Proposta de Derrama de 1,35%** com o objectivo de atrair, fixar e desenvolver novas empresas para Alenquer.
- **Proposta de Derrama de 1,20%** para pequenas empresas que não ultrapassem um volume de negócios de €150.000

Estas propostas foram apresentadas tendo também em consideração o facto de Alenquer estar próximo do mercado da grande área metropolitana de Lisboa, e ter boas acessibilidades a sul (A1, A10, Ponte da Lezíria) factos que constituem vantagens competitivas que urge valorizar.

Queremos também com estas medidas incentivar empresas de maior dimensão a aumentar o seu volume de negócios no concelho de Alenquer, criando maior riqueza em Alenquer e oferecendo mais e melhor emprego.

Por outro lado há que apoiar e atrair novas empresas de real valor para regiões do concelho que neste momento estão quase votadas ao esquecimento.

Por último, e com particular atenção, queremos dar um sinal de apoio e solidariedade a um vasto conjunto de micro empresas e ao comércio tradicional que têm vindo a sofrer consequências gravíssimas, quer pela conjuntura económica do país, quer pela falta de competitividade no mercado.

A confirmar as nossas piores expectativas, o PS e a CDU chumbaram as propostas apresentadas pela Coligação “Pela Nossa Terra” em nome de um qualquer plano de investimentos que ninguém conhece, e com o argumento de que a nova Lei das finanças locais não vem favorecer Alenquer com mais recursos financeiros... Mas, apesar do nosso alerta, não foi o Sr. Presidente Álvaro Pedro



que afirmou que Alenquer ia ganhar com a nova lei?...Não votou esta Câmara através do seu Presidente a favor desta lei, apesar dos alertas da CPNT.

Não era a CDU e o Sr. José Catarino que dantes defendiam, no seu programa e nos comícios diários, a baixa de impostos municipais?... Os casamentos de conveniência tem destas coisas...

Por nós continuamos a reafirmar a nossa convicção de que só com um tecido empresarial forte, dinâmico e competitivo é possível o concelho de Alenquer afirmar-se positivamente no contexto regional. O desenvolvimento económico e social de Alenquer não pode estar dependente só do aumento dos impostos.

Por nós acreditamos que com políticas coerentes de apoio ao desenvolvimento, com melhor gestão dos recursos disponíveis e em conjunto com todos os parceiros, Alenquer será um concelho melhor no panorama regional.

## 2. Proposta de deliberação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2008

É nosso entendimento que os impostos municipais devem constituir receitas e instrumentos para uma política municipal justa de desenvolvimento económico e social de Alenquer; não aceitamos que os impostos pagos pelos contribuintes de Alenquer sejam apenas meros factores de receita camarária.

Todos sabemos e conhecemos que o parque habitacional do concelho de Alenquer, quer nas vilas, quer nas aldeias, está gravemente degradado; assistimos todos os dias e em qualquer esquina, que muito do nosso património construído está em péssimas condições de habitabilidade, quando não abandonado ou transformado num monte de pedras. E ao lado assistimos ao nascimento de urbanizações que muitas vezes nada acrescentam em qualidade ao nosso parque de habitação.

É urgente que se inverta este estado de coisas.

Todos sabemos que muitas vezes isto acontece porque os proprietários não têm apoio para alterar este estado de coisas.

Em Setembro de 2006, e por proposta da Coligação “Pela Nossa Terra” foi aprovada uma proposta de redução do IMI de 0,8% para 0,7% e de 0,5% para 0,45%; foi também proposta por nós e aprovada uma proposta de identificação de prédios degradados de modo a implementar medidas que invertessem esta situação. Neste momento o processo de inventariação está quase concluído, e consequentemente reúne condições para implementar medidas adequadas.

Neste sentido a Coligação “Pela Nossa Terra” apresentou a seguinte proposta:

- **Manter a redução de 0,8% para 0,7% e de 0,5% para 0,45%**
- **Introduzir uma minoração de 30% para os prédios recuperados**
- **Introduzir uma majoração de 30% para os prédios degradados e que não sejam objecto de intenção de recuperação.**

A proposta apresentada pela Coligação “Pela Nossa Terra” tem como objectivo apoiar efectivamente a recuperação do nosso património construído e preservar a riqueza da nossa paisagem.

O PS não aceitou a nossa proposta e a CDU ficou em silêncio à espera para ver em que é que paravam as modas... como é habitual!...



A Coligação “Pela Nossa Terra” assume-se como a verdadeira e única alternativa ao governo do PS instalado há mais de 30 anos em Alenquer, e como tal tem sentido de responsabilidade; e apresentou uma contraproposta ao PS:

- Aceitamos a taxa de 0,8% e 0,5% mas **exigimos a implementação das taxas de minoração e majoração para 2008.**

O PS acabou por aceitar a nossa proposta. Não consideramos que tenha sido uma vitória; foi um primeiro passo positivo para uma mudança clara no apoio à recuperação do nosso património. Por nós estamos convencidos que é possível e desejável ir mais longe, e que o nosso parque habitacional será recuperado progressivamente.

Qual foi a atitude da CDU? Votou contra! Sem comentários... A demagogia tem destas coisas!

### 3. Proposta de deliberação sobre participação do Município no IRS

Como temos vindo a referir, a nova legislação sobre as Finanças locais (Lei 2/2007) introduziu alterações significativas no seu financiamento por parte da administração central; se a actual legislação está longe de provar que é melhor que a anterior, ou pelo menos poderia ir bem mais longe do que foi, importa pelo menos que aproveitemos as suas virtualidades e canalizemos estes meios financeiros para o desenvolvimento económico e social do concelho e em benefício dos Alenquerenses.

Segundo a nova legislação **“artigo 20 n.º1-Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior...”**

Em resultado da aplicação da legislação, a lei produz efeitos sobre o IRS de 2008 e a receber pelo município de Alenquer no ano de 2009.

E ainda **“artigo 20 n.º2- A participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município...”**

Importa desde já salientar que quanto mais fortes forem as empresas sedeadas em Alenquer, quanto mais qualificado for o emprego em Alenquer, quantos mais cidadãos forem recenseados e com domicílio fiscal em Alenquer, maior será a participação de Alenquer no IRS e por conseguinte maior benefício para todos os Alenquerenses.

No ano de 2005 e, segundo os cálculos pela nova lei, o município de Alenquer teria direito a cerca de € 1.000.000. É lícito pensar que em 2009 o Município de Alenquer possa receber pelo menos a mesma quantia de € 1.000.000, não obstante a taxa de desemprego teimar em não diminuir...



Face à nova legislação os vereadores da Coligação “Pela Nossa Terra” apresentaram a seguinte proposta de deliberação:

- **A taxa de 5% de IRS a receber pelo Município de Alenquer em 2009 seja dividida como segue:**
  - **2,5% (€500.000) para o Orçamento do Município de Alenquer**
  - **2,5% (€500.000) como “...dedução à colecta do IRS, a favor do sujeito passivo...”**

Esta nossa proposta tinha por finalidade dar um benefício fiscal aos munícipes contribuintes, e como incentivo a que todos os munícipes a residir em Alenquer regularizem o seu domicílio fiscal em Alenquer.

O PS não aceitou esta nossa proposta (a CDU nem sequer se pronunciou sobre o assunto...); os vereadores da Coligação “Pela Nossa Terra” não se deram por vencidos e apresentaram uma nova proposta:

- **A taxa de 5% de IRS a receber pelo Município de Alenquer em 2009 seja dividida como segue:**
  - **2,5% (€500.000) para o Orçamento do Município de Alenquer**
  - **2,5% (€500.000) atribuída a uma obra de carácter social a inscrever no orçamento de 2009.**

Esta nossa nova proposta tem em vista que, uma vez que o PS não aceita o benefício directo ao munícipe, pelo menos podemos dotar o Município de Alenquer de equipamentos que possam ser úteis a todos (sendo esta uma obrigação da Câmara, ou pelo menos deveria ser!); basta ver a ausência de equipamentos de saúde com qualidade, os equipamentos escolares insuficientes, degradados e sem equipamentos, a dificuldade em proporcionar refeições condignas aos alunos, a ausência de equipamentos culturais e desportivos adequados, etc., e constatamos que temos a oportunidade de, planeadamente, dotarmos o município de Alenquer de equipamentos de qualidade ao serviço de todos os Alenquerenses.

Obviamente que esta nossa proposta não nos deve deixar de empenhadamente reivindicar os necessários e justos apoios junto da administração central.

Felizmente que esta nossa proposta foi aprovada por unanimidade.

Estaremos na linha da frente na definição das prioridades na utilização destes recursos financeiros gerados pelo esforço do trabalho dos Alenquerenses.

Para finalizar queremos reafirmar que estas nossas propostas se inserem numa política global de desenvolvimento económico e social coerente e sustentado.

Não nos move qualquer pretensão de protagonismo pessoal nem de exibição demagógica momentânea.



Queremos ser coerentes com o nosso programa eleitoral e respeitarmos o nosso compromisso com os Alenquerenses:

***O Melhor por Alenquer, pela Nossa Terra***

Alenquer, 5 de Setembro de 2007

Nuno Coelho, Eurico Borlido, Pedro Moreira, Ana Margarida Neves  
(Vereadores da Coligação “Pela Nossa Terra”)

Contacto : Nuno Coelho 96 811 79 97